

Multihemo Serviços Médicos S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Praça Carlos Chagas, 49 - 4º andar
Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG)
Brasil

T +55 31 3289-6000

Aos Administradores e Acionistas da
Multihemo Serviços Médicos S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Multihemo Serviços Médicos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nestas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Multihemo Serviços Médicos S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e seus respectivos fluxos de caixa para os exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados as circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente as informações financeiras da entidade ou atividade de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de março de 2022



Daniel Menezes Vieira
CT CRC 1MG-078.081/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Multihemo Serviços Médicos S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	456.690	1.236
Contas a receber de clientes	5	47.635	41.121
Estoques	6	2.771	1.096
Impostos a recuperar	7	22.510	22.912
Outros ativos		43	61
Total do ativo circulante		<u>529.649</u>	<u>66.426</u>
Ativo não circulante			
Partes relacionadas	15	10.642	-
Impostos diferidos	8	3.134	3.245
Investimentos	9	374.682	25.020
Imobilizado	10	1.420	1.559
Intangível	11	3.966	2.212
Outros Ativos	18	7.080	-
Total do ativo não circulante		<u>400.924</u>	<u>32.036</u>
Total do Ativo		<u>930.573</u>	<u>98.462</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Multihemo Serviços Médicos S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Passivo circulante			
Fornecedores	12	24.377	20.271
Obrigações trabalhistas e sociais	13	1.077	853
Obrigações tributárias	14	11.490	11.342
Dividendos a pagar		12.583	9.953
Partes Relacionadas	15	1.439	710
Aquisições a pagar	16	3.244	-
Outros passivos		1.509	9
Total do passivo circulante		<u>55.719</u>	<u>43.138</u>
Passivo não circulante			
Debêntures	17	447.700	-
Contingências	18	7.080	-
Aquisições a pagar	16	62.768	-
Total do passivo não circulante		<u>517.548</u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido	19		
Capital social		28.942	28.942
Reserva de capital		2.250	2.250
Reserva de lucros		31.385	24.132
Adiantamento para futuro aumento de capital		294.729	-
Total do patrimônio líquido		<u>357.306</u>	<u>55.324</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>930.573</u>	<u>98.462</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Multihemo Serviços Médicos S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita líquida	20	137.616	131.411
Custo dos serviços prestados	21	(98.179)	(86.342)
Lucro bruto		<u>39.437</u>	<u>45.069</u>
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas administrativas	21	(19.568)	(14.611)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	21	(4)	235
Equivalência patrimonial	9	(285)	(755)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>19.580</u>	<u>29.938</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	22	2.412	99
Despesas financeiras	22	(996)	(2.016)
		<u>1.416</u>	<u>(1.917)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>20.996</u>	<u>28.021</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	22	(7.068)	(7.149)
Diferidos		(111)	82
Lucro líquido do exercício		<u>13.817</u>	<u>20.954</u>
Resultado por ação	24		
Básico diluído (centavos por ação - em R\$)		2,57	3,90

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Multihemo Serviços Médicos S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Lucro líquido do exercício	13.817	20.954
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de outros resultado abrangente	<u>13.817</u>	<u>20.954</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Multihemo Serviços Médicos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva especial	Lucros/Prejuízos do exercício	Total do patrimônio líquido	Total do patrimônio líquido	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		28.942	2.250	1.150	9.548	2.748	-	44.638	-	44.638
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	20.954	20.954	-	20.954
Constituição reserva legal	19.c	-	-	1.048	-	-	(1.048)	-	-	-
Distribuição de dividendos	19.d	-	-	-	-	-	(10.268)	(10.268)	-	(10.268)
Constituição reserva de lucros	19.c	-	-	-	9.638	-	(9.638)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	19	28.942	2.250	2.198	19.186	2.748	-	55.324	-	55.324
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	13.817	13.817	-	13.817
Constituição reserva legal	19.c	-	-	691	-	-	(691)	-	-	-
Distribuição de dividendos	19.d	-	-	-	-	-	(6.564)	(6.564)	-	(6.564)
Constituição reserva de lucros	19.c	-	-	-	6.562	-	(6.562)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	19.e	-	-	-	-	-	-	-	294.729	294.729
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>28.942</u>	<u>2.250</u>	<u>2.889</u>	<u>25.748</u>	<u>2.748</u>	<u>-</u>	<u>62.577</u>	<u>294.729</u>	<u>357.306</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Multihemo Serviços Médicos S.A.

Demonstrações do fluxo de caixas - Metodo indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de Caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		13.817	20.954
gerado pelas atividades operacionais:		-	
Depreciação e amortização	10 - 11	1.002	588
Provisões (reversão) para perda esperadas	20	(6.620)	1.244
Baixas de ativos	10 - 11	-	12
Juros sobre debêntures e aquisições a pagar	16- 17	3.027	-
Equivalência patrimonial	9	285	755
		<u>11.511</u>	<u>23.553</u>
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes	5	106	(8.468)
Estoques		(1.675)	214
Impostos a recuperar		2.798	(19.668)
Outros ativos		18	22
Fornecedores		4.106	2.963
Obrigações sociais		224	217
Obrigações tributárias		(6.607)	13.157
Aquisições a pagar		(231.617)	-
Outros passivos		1.500	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>(219.636)</u>	<u>11.990</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social		4.470	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>(215.166)</u>	<u>11.990</u>
Fluxo de Caixa de Atividades de Investimento			
Adições de imobilizado	10 - 11	(117)	(109)
Adições de intangível	10 - 11	(2.500)	(716)
Partes Relacionadas	15	(10.642)	-
Aquisição de investimentos	9	(54.751)	(11.115)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		<u>(283.176)</u>	<u>50</u>
Fluxo de Caixa de atividades de Financiamento			
Captação de debêntures	17	447.106	-
Distribuição de dividendos		(3.934)	(1.000)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>159.996</u>	<u>(950)</u>
Fluxo de Caixa de atividades de financiamento com acionistas			
Partes relacionadas		729	(175)
Adiantamento para futuro aumento de capital		294.729	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento com acionistas		<u>455.454</u>	<u>(1.125)</u>
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>455.454</u>	<u>(1.125)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1.236	2.361
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	456.690	1.236
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		<u>455.454</u>	<u>(1.125)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios em 31 de dezembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Multihemo Serviços Médicos S.A. (“Companhia”), fundada em 31 de dezembro de 1999, inicialmente na forma de sociedade limitada e alterada para sociedade anônima de capital fechado em 28 de novembro de 2014, está sediada em Recife – PE.

A Companhia tem como objetivo a prestação de serviços médicos em hematologia, hemoterapia, cancerologia, clínica médica e quimioterapia, bem como promover o ensino e a pesquisa em hematologia, hemoterapia e cancerologia.

Em 01 de outubro de 2021, a Multihemo efetivou a aquisição do Complexo Hospitalar Uberlândia S.A. Localizada em Minas Gerais, cujo objeto social é a exploração de serviços médicos em geral, especificamente os serviços médicos hospitalares, com internação, pronto-socorro, UTI, cirurgias, consultas ambulatoriais, serviços de UTI móvel e ambulância e demais atividades ligadas ao atendimento hospitalar.

1.1. COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID19) como uma pandemia. Tal disseminação criou incertezas macroeconômicas e volatilidade no cenário mundial, inclusive no Brasil.

Quando analisamos o comportamento dos principais indicadores operacionais e financeiros da Companhia até o final do ano, identificamos que houve um crescimento nos procedimentos oncológicos gradativamente em cada trimestre, devido a diversas campanhas de incentivo ao diagnóstico e tratamento do câncer. Ademais, a Companhia tomou algumas medidas estratégicas como reforço da posição de caixa e de estoques e campanhas para conscientização do paciente oncológico com o objetivo de evitar a interrupção do tratamento e suas indesejáveis consequências.

A Companhia permanece monitorando todos os possíveis impactos da pandemia nas suas operações, bem como situação de caixa e crédito, todos esses descritos em suas respectivas notas explicativas.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos financeiros, outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia são elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Essas, por sua vez, abrangem as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e apresentação

A moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações contábeis é o Real. As informações contábeis são apresentadas em milhares de reais, exceto onde indicado de outra forma, e foram arredondadas sem centavos.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os valores reais podem diferir daqueles estimados.

Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas

Estimativas e premissas significativas são utilizadas principalmente na: **(i)** contabilização da provisão para perdas ao valor recuperável das contas a receber de clientes (provisão para crédito de liquidação duvidosa); **(ii)** definição da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado; e **(iii)** contabilização de provisões.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas estimadas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização.

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como avaliação dos advogados. A Administração da Companhia acredita que as provisões para riscos tributário, cíveis e trabalhista são necessárias e adequadas com base na legislação em vigor.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas de forma contínua e, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e alteradas, se impactar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se impactar tanto o período presente como períodos futuros.

3. Principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as seguintes principais práticas contábeis:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Representado por ativos de caixa, por saldos em contas bancárias e em aplicações financeiras de curto prazo com vencimentos originais de até noventa dias, constituídos de títulos de alta liquidez, conversíveis em caixa e com insignificante risco de mudança de valor.

b) Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de serviços no decurso normal das atividades da Companhia, líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo esta constituída quando há clara evidência de que a Companhia não será capaz de receber todos os montantes devidos de acordo com os termos dessas contas a receber, mediante análise de riscos e levando em consideração a análise das perdas de crédito esperadas estimadas, usando uma matriz de provisão com base na experiência de perda de crédito histórica da Companhia. O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

c) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

d) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde aos valores os quais a Companhia estima receber em contrapartida pela transação de venda dos estoques. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição.

e) Investimento

Investimentos em empresas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18, para fins de demonstrações contábeis individuais.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos em controladas são contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária nas controladas.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a controladora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a controladora e suas controladas (direta e indireta), são eliminados de acordo com a participação mantida nas controladas.

As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da controladora em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Consolidação

A Companhia optou por não apresentar as demonstrações contábeis consolidadas conforme dispensa prevista no item 10 do CPC 36, pois atende cumulativamente as seguintes condições:

- i) A Companhia é ela própria uma controlada (integral ou parcial) de outra entidade, a qual, em conjunto com os demais proprietários, incluindo aqueles sem direito a voto, foram consultados e não fizeram objeção quanto a não apresentação das demonstrações contábeis consolidadas pela Companhia;

- ii) Os instrumentos de dívida ou patrimoniais da Companhia não são negociados em mercado aberto (bolsas de valores no país ou no exterior ou mercado de balcão – mercado descentralizado de títulos não listados em bolsa de valores ou cujas negociações ocorrem diretamente entre as partes, incluindo mercados locais e regionais);
- iii) A Companhia não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações contábeis na Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador, visando à emissão de algum tipo ou classe de instrumento em mercado aberto;
- iv) A Companhia final (ou intermediária) da controladora disponibiliza ao público suas demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

	Percentagem de participação	
	2021	2020
Oncoclínicas Recife	100,00%	100,00%
Radioterapia Recife	93,00%	93,00%
Complexo Hospitalar	84,00%	93,00%

f) Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração, excluindo custos de financiamentos.

A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue:

Descrição	Vida útil (anos)	Taxa Deprec. % (a.a.)
Máquinas e equipamentos	10	10%
Instalações	10	10%
Móveis e utensílios	10	10%
Computadores e periféricos	5	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	10%

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. Os ganhos e as perdas em alienação são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidas em “outros ganhos (perdas), líquidos” na demonstração do resultado.

g) Ativos intangíveis

Os itens do intangível são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. Posteriormente, avaliados com vida útil definida, são contabilizados pelo seu valor de custo menos amortização acumulada. São amortizados com base no método linear, e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso.

h) Imposto de renda e contribuição social

Tributos correntes

A provisão para tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Tributos diferidos

Impostos diferidos passivos são os valores de imposto sobre a renda a pagar em períodos futuros, em relação às diferenças tributáveis temporárias. Impostos diferidos ativos são os valores recuperáveis em períodos futuros decorrentes de diferenças tributárias dedutíveis, ao diferimento de prejuízos fiscais não utilizados e ao diferimento de créditos fiscais não utilizados. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado ou reconhecidos na extensão em que seja identificado prováveis lucros tributados ou não para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

A provisão para imposto sobre a renda é calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes da seguinte forma:

Imposto de renda pessoa jurídica: à alíquota de 15%, acrescida da alíquota de 10% para o montante de lucro tributável que exceder o valor de R\$ 240;

Contribuição social sobre o lucro líquido à alíquota de 9%: A administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com relação a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

i) Empréstimos, financiamentos e Debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

São classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de obtenção da dívida que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos dos financiamentos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

j) Demais ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

k) Apropriação do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

l) Avaliação do valor recuperável dos ativos (exceto ágio)

A Companhia analisa anualmente se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado (redução ao valor recuperável dos ativos). Caso estas evidências estejam presentes, estima-se o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: **(a)** seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e **(b)** seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, reconhece-se a redução (provisão) do saldo contábil deste ativo (*impairment*).

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente Unidades Geradoras de Caixa (UGCs).

m) Instrumentos financeiros

i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os títulos de dívida são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros ou passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR (Valor justo por meio do resultado).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Atualmente a Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) ou por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

n) Receitas

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do pedido de venda. Considera transferido os riscos e benefícios para vendas no mercado interno o momento do aceite do cliente no documento fiscal e para o mercado externo na averbação da exportação.

o) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Os dividendos recebidos de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento, nas demonstrações contábeis individuais.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões e dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

p) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da investida e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais da Companhia em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41.

3.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas contábeis

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- IFRS 17 (CPC 50) – Contratos de seguros;
- IFRS 10 (CPC 36(R3)) e IAS 28 (CPC 18(R2)) (alterações) – Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*;
- Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) – Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes;
- Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) – Referência à estrutura conceitual;
- Alterações à IAS 16 (CPC 27) – Imobilizado: Recursos antes do uso pretendido;
- Alterações à IAS 37 (CPC 25) – Contratos onerosos custo de cumprimento do contrato;
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 – 2020 Alterações à IFRS 1 (CPC 27 (R1), CPC 43 (R1)) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06(R2)) – Arrendamentos, e IAS 41 (CPC 29) – Agricultura;
- Alterações a IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS – Divulgação de políticas contábeis;
- Alterações ao IAS 8 (CPC 23) – Definição de estimativas contábeis;
- Alterações ao IAS 12 (CPC 32) – Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única (“*single transaction*”).

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2021	2020
Caixa e bancos	1.025	865
Aplicações financeiras (i)	455.665	371
Total	456.690	1.236

(i) As aplicações financeiras estão representadas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) com rendimento equivalente às taxas de até 99% em 2021 (98,50% em 2020) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e com liquidez imediata

5. Contas a receber de clientes

Descrição	2021	2020
Cientes	20.167	6.312
Receitas a faturar	35.108	41.322
	55.275	47.634
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa e glosas	(7.453)	(6.225)
Adiantamento de clientes	(187)	(288)
Total	47.635	41.121

As contas a receber de clientes são denominadas em reais e referem-se, a serviços médicos prestados aos convênios.

A composição de contas a receber por vencimento é conforme demonstrada abaixo:

Descrição	2021	2020
A vencer	19.062	23.755
Vencidos até 90 dias	23.675	17.271
Vencidos de 91 a 180 dias	9.089	710
Vencidos acima de 180 dias	3.526	5.898
Total	55.352	47.634

É prática da Companhia constituir provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa com base na expectativa de recebimento dos clientes, que considera o histórico de perdas de recebimentos e valores glosados apontadas por alguns convênios.

A caracterização da glosa ocorre no momento da autorização do convênio para emissão da nota fiscal. Uma vez identificada a glosa, esta é analisada e, caso indevida, é protocolado um recurso junto a operadora de saúde para o recebimento do crédito. O prazo para recebimentos dos recursos varia de acordo com a operadora, mas inicia-se a partir do momento em que o recurso é protocolado.

A movimentação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

Descrição	2021	2020
Saldo inicial	(6.225)	(7.335)
Constituição	(4.746)	-
Reversão	3.518	1.110
Saldo Final	(7.453)	(6.225)

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe do contas a receber mencionada acima. A Companhia não mantém nenhum título como garantia de contas a receber.

6. Estoques

Descrição	2021	2020
Medicamentos e materiais médicos	2.771	1.096
Total	2.771	1.096

Referem-se, a medicamentos armazenados e utilizados em procedimentos quimioterápicos. A Companhia avalia rotineiramente os seus estoques e não há indicadores de quaisquer provisões para perdas e ônus reais, garantias prestadas e/ou restrições à plena utilização dos estoques.

7. Impostos e contribuições a recuperar

Descrição	2021	2020
IRRF	4.723	5.149
PIS e COFINS (*)	1.102	863
ISS	16.427	16.816
Outros	-	65
Total	258	19
Total	22.510	22.912

(*) Os saldos referem-se substancialmente a recolhimentos do PIS e da COFINS feitos indevidamente pela Companhia para medicamentos isentos conforme Mandado de Segurança Coletivo nº 2005.83.00.006878-9 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A Companhia também possui expectativa de levantamento de créditos referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017, porém estes créditos ainda estão em processo de apuração e mensuração, não sendo mensuráveis de forma confiável na presente data.

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição	2021	2020
IRPJ e CSLL Diferidos – Ágio Incorporação (a)	1.513	2.269
IRPJ e CSLL Diferidos – Diferenças temporárias (b)	1.621	976
PERT em consolidação		
Total	3.134	3.245

(a) Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se ao ágio gerado pela incorporação reversa da Oncoclínicas Salvador S.A. De acordo com o Acervo Líquido, data-base 30 de agosto de 2017, a Companhia incorporou parcialmente a Oncoclínicas Salvador S.A., que teve, por sua vez, o saldo do ágio integralmente baixado no momento da cisão e contabilizado para dedutibilidade futura 34% referente ao imposto de renda e contribuição social como ativo diferido na Companhia. Esta operação está em acordo com a Resolução CFC nº 1.262. A contrapartida deste ágio está registrada em reservas de capital.

(b) Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia era tributada pelo Lucro Presumido, cujo regime tributário não resulta em diferenças temporárias, e, conseqüentemente, não gera imposto diferido. A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia passou a ser tributada pelo Lucro Real, apurando diferenças entre as bases contábeis e as bases tributárias e registrando os efeitos em contas de imposto de renda e contribuição social diferidos.

9. Investimentos

Descrição	2021	2020
Oncoclínicas Recife	10.875	7.249
Radioterapia Recife	7.118	6.637
Complexo Hospitalar	71.231	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	6.595	11.115
Ágio	278.844	-
Obras de arte	19	19
Total Investimento	374.682	25.020

a) Informações sobre o investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial

Em 2021, Companhia iniciou o investimento na controlada Complexo Hospitalar Uberlândia.

Oncoclínicas Recife	2021	2020
Ativo	27.988	25.050
Passivo	17.113	17.801
Patrimônio líquido	10.876	7.250
Receita líquida	22.974	25.379
Lucro do exercício	3.626	2.603
% de participação	100%	100%

Radioterapia Recife	2021	2020
Ativo	48.713	53.405
Passivo	41.059	46.268
Patrimônio líquido	7.654	7.137
Receita líquida	17.058	12.070
Prejuízo do exercício	(4.982)	(3.611)
% de participação	93%	93%

Complexo Hospitalar	2021	2020
Ativo	170.777	-
Passivo	98.163	-
Patrimônio líquido	72.613	-
Receita líquida	39.395	-
Lucro do exercício	860	-
% de participação	84%	-

b) Movimentação do investimento

	Oncoclínicas Recife	Radioterapia Recife	Complexo Hospitalar	Obras de Artes	Total
Saldo em 31/12/2019	4.646	9.995	-	19	14.660
Adiantamento para futuro aumento de capital	6.000	5.115	-	-	11.115
Resultado equivalência patrimonial	2.603	(3.358)	-	-	(755)
Saldo em 31/12/2020	13.249	11.752	-	19	25.020
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(4.520)	-	-	(4.520)
Investimento realizado	-	5.115	70.508	-	75.623
Resultado equivalência patrimonial	3.626	(4.634)	723	-	(285)
Ágio	-	-	278.844	-	278.844
Saldo em 31/12/2021	16.875	7.713	350.075	19	374.682

Combinação de negócios

A Companhia mensurou os ativos adquiridos e passivos assumidos ao valor justo na data de aquisição elaborando um laudo para a alocação correspondente a diferença entre o valor pago e o valor contábil do investimento adquirido e, com isso, segregou a parcela da rentabilidade futura (“goodwill”).

Complexo Hospitalar Uberlândia S.A

Refere-se ao contrato de compra e venda, onde o controle e a efetiva aquisição do Complexo Hospitalar “UMC” pela Multihemo Serviços Médicos S.A, ocorreu em 01 de outubro de 2021. Localizada em Minas Gerais, cujo objeto social é a exploração de serviços médicos em geral, especificamente os serviços médicos hospitalares, com internação, pronto-socorro, UTI, cirurgias, consultas ambulatoriais, serviços de UTI móvel e ambulância e demais atividades ligadas ao atendimento hospitalar.

Preço negociado

Conforme contrato de compra e venda, 100% das ações que compõem o capital social de UMC foram adquiridas pela Multihemo por R\$ 299.221.

No âmbito da aquisição da participação societária, os vendedores outorgaram a Multihemo uma opção de compra da totalidade das ações remanescentes detidas por eles no UMC e, em contrapartida, a Multihemo outorgou aos vendedores uma opção de venda da totalidade das ações remanescentes detidas por eles no UMC. O valor justo estimado dessa contraprestação contingente decorrente das opções de compra e venda mencionadas acima, no montante de R\$ 52.349, foi considerado como parte do preço de compra.

Para fins de alocação do preço de compra, considerou-se a aquisição da totalidade das ações do UMC pela Multihemo, baseado no entendimento de que, ao serem outorgadas uma opção de compra à Multihemo e outra de venda aos vendedores, com preço e prazo de exercício semelhantes, sendo o preço de exercício baseado no valor justo do ativo, existe uma alta probabilidade de que uma das partes exercerá o direito vinculado à opção outorgada a ela.

“Goodwill” da Combinação de Negócios

Para fins desta combinação de negócios, o valor de R\$ 324.273 foi reconhecido como ágio por expectativa de futura pela Adquirente Multihemo Serviços Médicos S.A, considerando também as controladas do Complexo Hospitalar Uberlândia. O ágio considerado na Multihemo Serviços Médicos S.A refere-se à aquisição do Complexo Hospitalar Uberlândia de forma individual, e tem um montante de R\$278.844.

O reconhecimento inicial do ágio das aquisições acima, foram realizados de forma provisória com base nas informações disponíveis até o término do período de reporte e a Companhia está realizando o levantamento das informações necessárias para que seja apurado o valor definitivo dentro do prazo estabelecido no IFRS 3.

Abaixo, demonstramos os ativos e passivos líquidos da combinação de negócios:

Localidade

Minas Gerais

Empresa

Complexo Hospitalar
Uberlândia S.A.

Data da aquisição	01/10/2021
Participação adquirida (% votante)	100%
Participação dos acionistas não controladores	
Pagamento na data de aquisição	285.797
Contas a pagar por aquisição	65.774
Total da contraprestação	351.571
Ativos adquiridos	234.993
Caixa e equivalentes de caixa	3.929
Contas a receber	41.206
Estoque	4.878
Tributos a recuperar	11.342
Adiantamentos	19.177
Investimento	1.386
Imobilizado	52.873
Intangível	65.420
Arrendamento	14.877
Ativo indenizatório – Contingências	7.080
Mútuo	8.160
AFAC	1.738
Outros ativos	2.927
Passivos assumidos	207.695
Fornecedores e contas a pagar	22.093
Obrigações sociais	9.444
Obrigações tributárias	11.868
Mútuo	17.446
Empréstimos	63.830
Arrendamento	14.877
Contingências	7.080
Contas a pagar aquisição de participação	49.783
Outros	11.274
Total dos ativos líquidos adquiridos	27.298
Acionistas não controladores	-
Excesso de preço pago na aquisição	324.273

10. Imobilizado

O valor contábil do ativo imobilizado da Companhia está demonstrado:

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2021	2020
				Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	10%	675	(305)	370	383
Instalações	10%	124	(113)	11	14
Móveis e utensílios	10%	196	(89)	107	87
Computadores e periféricos	20%	201	(173)	28	35
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	1.873	(970)	903	997
Construções em andamento	-	1	-	1	43
Total		3.070	(1.650)	1.420	1.559

A movimentação do ativo imobilizado está demonstrada a seguir:

	Máquinas e Equipamentos	Instalações	Móveis e Utensílios	Computadores e Periféricos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Construções em andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	449	17	107	32	1.108	-	1.713
Aquisições	3	-	-	23	40	43	109
Baixas	(7)	-	(5)	-	-	-	(12)
Depreciações	(62)	(3)	(16)	(20)	(150)	-	(251)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	383	14	86	35	998	43	1.559
Aquisições	53	-	38	5	9	12	117
Transferências	-	-	-	-	55	(55)	-
Depreciações	(66)	(3)	(18)	(11)	(158)	-	(256)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	370	11	106	29	904	-	1.420

11. Intangível

O valor contábil do ativo intangível da Companhia está demonstrado:

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	2021	2020
				Líquido	Líquido
Desenvolvimento de Software	20%	2.033	(1.760)	273	478
Projeto EMR	-	1.734	-	1.734	1.734
Direito de não competição	20%	2.500	(541)	1.959	-
Total		6.267	(2.301)	3.966	2.212

A movimentação do ativo intangível está demonstrada a seguir:

	Sistemas e Aplicativos	Projeto EMR	Direito de não competição	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	815	1.018	-	1.833
Aquisições	-	716	-	716
Amortização	(337)	-	-	(337)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	478	1.734	-	2.212
Aquisições	-	-	2.500	2.500
Amortização	(204)	-	(542)	(746)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	274	1.734	1.958	3.966

12. Fornecedores

Os valores registrados como fornecedores são representados por saldos a pagar a fornecedores nacionais de medicamentos, representado quase que em sua totalidade por compra de equipamentos médicos. Tais medicamentos são utilizados nos procedimentos quimioterápicos.

13. Obrigações sociais e trabalhistas

Descrição	2021	2020
INSS	76	94
FGTS	7	-
IRRF sobre folha de pagamento	-	32
Provisão de férias/13º e encargos	677	511
Provisão participação nos lucros	317	216
Total	1.077	853

14. Obrigações tributárias

Descrição	2021	2020
IRRF	61	53
ISS	2.134	2.219
IRPJ/CSLL	8.733	8.420
PIS/Cofins faturamento	418	582
Outras obrigações tributárias	144	68
Total	11.490	11.342

15. Partes relacionadas

Ativo

	2021	2019
Não circulante		
UMC (*)	10.642	-
Total	10.642	-

	2021	2020
Passivo circulante		
Rateio (**)	1.439	710
Total	1.439	710

(*) O saldo de R\$ 10.642 trata-se do valor de mútuo a receber da UMC, iniciado em 26/11/2021, com prazo de vencimento de até 2 anos, e taxa de atualização de CDI + 3,5%.

(**) As transações entre partes relacionadas são compostas por valores a receber decorrentes de reembolsos a receber e valores a pagar decorrentes de mútuos a pagar, rateios a pagar referente as despesas do centro de serviço compartilhado ("CSO").

16. Aquisições a pagar

	2021	2019
Passivo circulante		
Complexo Hospitalar Uberlândia S.A.	3.244	-
Total	3.244	-
Não circulante		
Complexo Hospitalar Uberlândia S.A.	62.768	-
Total	62.768	-

A movimentação do saldo de Contas a pagar de aquisição está assim representada:

	2021	2020
Saldo Inicial	-	-
Adição	295.196	-
Juros Incorridos	2.433	-
Pagamento de Principal	(231.617)	-
Saldo Final	66.012	-

O valor da contraprestação da aquisição será corrigido pela taxa do CDI, até a data de sua total liquidação, em 2025.

Conforme nota explicativa de combinação de negócio, no processo de aquisição da controlada Complexo Hospitalar Uberlândia S.A, foi outorgado a adquirente Multihemo a opção de compra de ações remanescentes do capital social do Complexo Hospitalar Uberlândia S.A, O valor justo do passivo financeiro assumido, em função das opções outorgadas, foi determinado a partir do valor presente do preço de exercício, considerando as condições previamente estabelecidas entre as partes.

17. Debêntures

	Moeda	Taxa de juros (ao ano)	Venc.	2021	2020
Debêntures (*)	R\$	2,35% aa	2028	447.700	-
Circulante				-	-
Não circulante				447.700	-

(*) Em 20 de dezembro de 2021, a Multihemo Serviços Oncológicos S.A. emitiu a série única de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações e nem permutáveis em ações de outras sociedades ou por outros valores mobiliários de qualquer natureza, no montante total de 450.000 e R\$1.000 por debênture, com vencimento em 20 de dezembro de 2028 e remuneradas pela variação da taxa de 100% DI, acrescida de 2,35% a.a.

A Companhia possui debêntures que preveem hipóteses de vencimento antecipado em caso de:

- A razão entre dívida líquida financeira e EBITDA ajustado do Grupo Oncoclínicas a ser apurada anualmente em dezembro, deverá ser menor ou igual a 4,0 x (Quatro vezes) em 2021 e 2022; e 3,5x (Três vezes e meia) em 2023 e nos anos subsequentes até a liquidação desta cédula. A razão entre o EBTIDA ajustado e as despesas financeiras líquidas do Grupo Oncoclínicas a ser apurada anualmente em dezembro, deverá ser maior ou igual a 1,75 x (Uma vez e setenta e cinco) a partir de 2021.
- falta de cumprimento da Companhia ou do devedor solidário, no prazo previsto e após período de cura, referente a obrigação pecuniária, principal ou acessória, decorrente do próprio contrato ou de qualquer outra dívida financeira sob sua responsabilidade;
- falta de cumprimento da Companhia ou do devedor solidário, no prazo previsto ou após período de cura, de qualquer obrigação não pecuniária prevista no contrato;
- requerimento de falência, dissolução e/ou apresentação de insolvência, não elidido através de depósito judicial ou contestação dentro do prazo legal;
- legítimo protesto de título contra a Companhia em valor superior ao permitido, por cujo pagamento seja responsável, ainda que na condição de garantidora, desde que não seja sustado/levantado dentro do prazo de cura;
- sentença condenatória transitada em julgado contra a Companhia em ação judicial ou procedimento fiscal capaz de colocar em risco as garantias constituídas (se houver) ou cumprimento das obrigações assumidas;
- propositura plano de recuperação extrajudicial pela Companhia e/ou qualquer devedor solidário ao emissor da dívida e/ou a qualquer outro credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerido ou obtido judicial do referido plano;
- ingresso em juízo pela Companhia e/ou por seu devedor solidário com requerimento de recuperação judicial, independente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão por juiz competente;
- mudança relevante no estado econômico-financeiro;
- alteração do estatuto social que modifique de forma relevante o objeto social ou se houver alteração do controle direto (conforme definição da Lei nº 6.404/76), exceto se previamente aprovado pelo credor;
- cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações ou qualquer forma de reorganização societária, exceto quando: (i) realizada dentro do mesmo grupo econômico e envolver exclusivamente sociedades controladas direta ou indiretamente; ou (ii) previamente aprovado pelo credor;
- procedimento administrativo ou judicial relacionados a práticas contrárias a qualquer obrigação anticorrupção prevista na legislação aplicável; e
- não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, subvenções, alvarás ou licenças, após prazo de cura, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Companhia, que afete de forma significativa o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Companhia

Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2021 as parcelas de longo prazo possuíam os seguintes vencimentos:

	2021
2025	113.094
2026	112.500
2027 em diante	222.106
Total	447.700

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

	2020	Adições	Pagamento de principal	Despesa de juros	Pagamento de juros	2021
Debêntures	-	447.106	-	594	-	447.700
Total	-	447.106	-	594	-	447.700

18. Provisão para riscos

	2021 Provisão para riscos	2020 Provisão para riscos
UMC	7.080	-
Total	7.080	-

A companhia registra provisões para fazer face aos seus passivos potenciais. Com base nas informações de assessores jurídicos, na análise dessas questões e atendendo a probabilidade de perda de cada ação judicial, foi constituída uma provisão considerada suficiente para fazer face a eventuais perdas, para as quais a saída de caixa seja possível. Tais valores são compostos pelo montante de R\$ 2.532 para contingências fiscais, e no montante de R\$ 4.548 para contingências trabalhistas.

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 28.942 em 31 de dezembro de 2021, totalmente integralizado, representado por 5.375.794 (cinco milhões, trezentos e setenta e cinco mil, setecentos e noventa e quatro) ações ordinárias, nominativas e escriturais, sem valor nominal.

O quadro societário é composto por:

Quadro societário	Ações	2021	Participação %
		Valor R\$	
Centro Mineiro de Infusões S.A.	5.375.784	28.942	100,00%
Total	5.375.794	28.942	100,00%

b) Distribuição de resultados

Conforme descrito no estatuto social, dos resultados apurados, serão inicialmente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e tributos sobre o lucro, o lucro remanescente terá a seguinte destinação:

- (i) 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social.

- (ii) Do saldo do lucro líquido do exercício, após a dedução da reserva legal e eventuais ajustes determinados pelo art. 202 da Lei nº 6.404/76, serão destinados 40% para o pagamento de dividendo obrigatório a todos os acionistas, conforme prevê o estatuto, salvo decisão unânime em contrário da Assembleia Geral.

c) Reservas

(i) Reserva de capital

O saldo de reserva de capital corresponde ao benefício fiscal do ágio decorrente da incorporação reversa da empresa Anália Franco em 31 de janeiro de 2013.

(ii) Reserva legal

Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A reserva legal poderá ser utilizada para absorver prejuízos.

(iii) Reserva de lucro

Conforme artigo 196 da Lei nº 6.404/76, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

d) Destinação do resultado

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	13.817	20.954
Reserva Legal	(691)	(1.048)
Base de cálculo para os dividendos	13.126	19.906
Dividendos mínimos obrigatórios – 40% do lucro ajustado	(5.250)	(7.962)
Adicional dividendos distribuídos	(6.564)	(2.306)
Total distribuição	(6.564)	(10.268)

e) Adiantamento para futuro aumento de capital

Valores de AFAC foram realizados pelo Centro Mineiro de Infusões S.A., ao longo dos meses de agosto a dezembro de 2021, no montante de R\$ 294.729.

20. Receitas

Descrição	2021	2020
Receita Bruta		
Receita de prestação de serviços (i)	150.046	131.836
Receita Bruta	150.046	131.836
Impostos sobre vendas e outras deduções		
PIS sobre vendas	22	718
Cofins sobre vendas	131	3.278
ISS sobre vendas	(5.963)	(5.258)
Vendas canceladas	-	(407)
Provisão de glosas	(6.620)	1.244
	(12.430)	(425)
Receita líquida	137.616	131.411

- (i) A receita bruta inclui receitas a faturar que se referem a serviços prestados, porém não faturados junto às operadoras de saúde. Estes serviços são reconhecidos no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis, sendo sua contrapartida registrada no contas a receber de clientes.

21. Custos e despesas por natureza

Descrição	2021	2020
Custos de materiais e medicamentos	(80.351)	(71.125)
Custo médico	(13.495)	(11.687)
Despesa de pessoal	(7.082)	(7.179)
Despesas com serviços de terceiros	(2.084)	(1.476)
Aluguel de imóveis e condomínio	(563)	(640)
CSO – Rateio de despesas	(11.624)	(6.848)
Despesa com infraestrutura	(327)	(389)
Depreciação e amortização	(1.002)	(588)
Despesas com viagens	(50)	(70)
Outras despesas	(1.173)	(715)
Total	(117.751)	(100.718)

Descrição	2021	2020
Custo dos serviços prestados	(98.179)	(86.342)
Despesas administrativas	(19.568)	(14.611)
Outras receitas (despesas) operacionais	(4)	235
Total	(117.751)	(100.718)

- (i) Mensalmente os custos e despesas incorridos para o custeio das atividades administrativas desenvolvidas pelo Centro de Serviços Oncoclínicas ("CSO") são rateadas para as demais empresas do Grupo Oncoclínicas. O critério determinante para o nivelamento do saldo de rateio a pagar a ser contabilizado pelas controladas e com base no faturamento fechado e auditado do exercício anterior a tomada de prestação de serviços junto ao CSO.

22. Resultado financeiro

Descrição	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	430	98
Descontos obtidos	-	1
Atualização Selic	1.891	-
Juros sobre partes relacionadas	91	-
Total	2.412	99
Despesas financeiras		
IOF	(38)	(20)
Tarifas bancárias	(9)	(8)
Juros passivos	(10)	(14)
Descontos concedidos	(12)	(1.974)
Juros sobre aquisições	(238)	-
Juros sobre partes relacionadas	(95)	-
Despesa financeira sobre debêntures	(594)	-
Total	(996)	(2.016)
Resultado financeiro Líquido	1.416	(1.917)

23. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível ao acionista da Companhia, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Descrição	2021	2020
Resultado atribuído aos acionistas	13.817	20.954
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	5.375.794	5.375.794
Lucro básico e diluído por ação – em reais (R\$)	2,57	3,90

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas demonstrações contábeis. A Companhia não possui operações descontinuadas.

24. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia a optante pelo regime de tributação do lucro real, vem provisionando as parcelas para o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, mensalmente, obedecendo ao regime de competência

A composição da despesa com o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido em 31 de dezembro de 2021, 2020 é como segue:

	2021	2020
Lucro antes dos impostos de renda e contribuição social	20.996	28.021
Adições (exclusões)		
Adições exigidas	9.900	10.921
Exclusões permitidas	(9.856)	(17.646)
Base de cálculo Lucro real tributável	21.040	21.296
Imposto de Renda e contribuição social – Corrente	(7.068)	(7.149)
Total Imposto de renda e Contribuição social – Correntes	(7.068)	(7.149)
Conciliação IRPJ e CSLL Diferidos	2021	2020
Provisão para perdas (PCLD & Glosa)	879	-
Provisão para participação nos lucros	168	-
Contingência trabalhista	-	363
Prov. Bônus Médicos	851	1.503
Outras	(2.224)	(1.624)
Base de cálculo	(326)	242
Total Imposto de renda e Contribuição social – Diferidos	(111)	82

25. Gestão de risco financeiro

a) Fatores de risco financeiro

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. A Administração da Companhia tem a responsabilidade global para o estabelecimento e a supervisão da estrutura de gerenciamento de risco.

A estrutura de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. A Companhia, através de treinamento e procedimentos de gestão, busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro e da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente dos saldos em instituições financeiras (conta corrente e aplicações financeiras) e das contas a receber.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do exercício é demonstrada como segue:

Descrição	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	456.690	1.236
Contas a receber de clientes	5	47.712	41.121
Total		504.402	42.357

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos mantidos em conta corrente e aplicações financeiras representam a exposição máxima ao risco de crédito desses saldos. Os referidos saldos são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha.

Contas a receber de clientes

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente/convênio. Contudo, a Administração considera o histórico de cada cliente em sua avaliação considerando o risco de não pagamento.

O risco de crédito associado à possibilidade de não realização das contas a receber de clientes correspondente aos créditos de serviços quimioterápicos e é gerenciado, mensalmente, pelos gestores comerciais em cada uma das clínicas. É efetuado controle desta carteira e as divergências entre os valores esperados e aqueles recebidos são objeto de análise.

O gerenciamento deste risco envolve, prioritariamente, os convênios da curva A (os mais relevantes) visando garantir a totalidade do recebimento da receita proveniente dos mesmos. O risco é atenuado pela pulverização de clientes e pela possibilidade de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência.

Perdas por redução ao valor recuperável

Descrição	Nota	2021	2020
Contas a receber de clientes	5	55.165	47.346
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD")	5	(7.453)	(6.225)
Total		47.712	41.121

Em 31 de dezembro de 2021, a provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa refere-se, principalmente, a glosas apontadas por convênios durante o ano, e a baixa expectativa de recebimentos de acordo com o prazo vencido do crédito. É como prática da Companhia constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa com base na expectativa de perda histórica com os clientes.

A avaliação do montante de contas a receber de clientes vencido que não foi objeto de redução do valor recuperável é monitorada constantemente pelos gestores comerciais de cada clínica, com o objetivo de identificar valores que podem vir a se tornar não realizáveis. Nesse caso, será reconhecida uma provisão nos seus respectivos valores.

ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

iii) Risco de mercado

Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Em relação às aplicações financeiras, a Companhia decorre da possibilidade de sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca aplicações financeiras de baixo risco, basicamente fundos de investimento em renda fixa.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de obrigações com as obrigações de resgate de ações e partes relacionadas. Estas dívidas às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa e ao risco de valor justo associado à taxa de juros, que são basicamente CDI e IPCA. A companhia monitora sua exposição à flutuação na taxa de juros básicos, decorrente de instrumentos de dívida, para assegurar liquidez mesmo nos cenários de maior variação dos juros.

A Companhia não contabiliza ativo ou passivo financeiro remunerados por taxa de juros fixa. Adicionalmente, A Companhia não possui nenhum ativo ou passivo financeiros mensurado pelo valor justo por meio do resultado

b) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

c) Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de aplicações financeiras e das contas a receber de clientes e fornecedores pelo valor contábil, menos a perda ("impairment"), estejam próximos de seus valores justos.

d) Instrumentos financeiros por categoria

	Mensuração	Valor justo 2021	Valor justo 2020
Instrumentos financeiros			
Ativos financeiros			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	456.690	1.236
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	47.635	41.121
Partes relacionadas	Custo amortizado	10.642	-
Total Ativos financeiros		514.967	42.357
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	24.377	20.271
Debêntures	Custo amortizado	447.700	-
Aquisições a pagar	Custo amortizado	66.012	-
Partes relacionadas	Custo amortizado	1.439	710
Total Passivos financeiros		539.528	20.981

Não houve reclassificações entre categorias dos instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

26. Seguros

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. A apólice é feita diretamente pela controladora, sendo que os prêmios e os riscos são cobertos para a Companhia. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Modalidade	Cobertura (R\$)	Vigência
Responsabilidade Civil	R\$ 2.000	14/12/2022
Responsabilidade Administrativa D&O	R\$ 100.000	29/04/2022
Responsabilidade Profissional E&O	R\$ 30.000	18/12/2022
Patrimonial	R\$ 46.700	31/12/2022

27. Transações que não afetam o caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada.

b) Transações que não afetam o caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada.

Obrigações tributárias	2021	2020
Varição do saldo de Obrigações Tributárias	6.607	13.157
Pagamento de IR/CS	(4.470)	-
Compensação de crédito tributário	(2.285)	(10.738)
Total da variação conforme fluxo de caixa	148	2.419

Dividendos	2021	2020
Pagamento de dividendos	(3.934)	-
Transferência dos dividendos a pagar do patrimônio líquido	6.564	-
Total da variação conforme fluxo de caixa	2.630	-
Aquisições a pagar	2021	2020
Variação do saldo de aquisições a pagar	(229.184)	-
Reconhecimento do investimento	295.196	-
Total da variação conforme fluxo de caixa	66.012	-

28. Aprovação das demonstrações contábeis

A emissão das demonstrações contábeis da Companhia foi aprovada e autorizada pela Administração em 29 de março de 2022.

* * *